



**Bruxelas, 14 de março de 2022
(OR. en)**

6825/22

**CO EUR-PREP 7
POLGEN 31
ECOFIN 186
SOC 119
EMPL 79
UEM 35
COMPET 132
ENV 177
RECH 110
ENER 76
JAI 283**

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: Semestre Europeu – Relatório de síntese de 2022

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência relativamente às conclusões adotadas pelo Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2022, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, a proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação para a área do euro. As conclusões conexas do Conselho e os debates realizados em diferentes formações do Conselho sobre o Semestre Europeu de 2022, durante a primeira fase, estão também refletidos no documento.

Importa sublinhar que o presente relatório de síntese de 2022 tem por base os debates realizados em diferentes formações do Conselho e os documentos do Semestre Europeu que foram elaborados e emitidos antes de se poderem avaliar e ter em conta os efeitos da situação resultante da ofensiva militar da Federação da Rússia contra a Ucrânia.

Contexto

A Comissão adotou, em 24 de novembro de 2021, o "Pacote de outono" para o Semestre Europeu de 2022, que incluía:

- A Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2022 (AACS)¹, que define a estratégia em matéria de política económica e de emprego da UE, para que a Europa saia mais forte da crise da COVID-19 e se torne mais ecológica e mais digital, em consonância com as quatro dimensões da sustentabilidade competitiva;
- O Relatório sobre o Mecanismo de Alerta 2022², que recomendava que doze Estados-Membros fossem objeto de apreciações aprofundadas em 2022, para apurar e avaliar a gravidade de eventuais desequilíbrios macroeconómicos;
- A proposta de um Relatório Conjunto sobre o Emprego³, que analisou a situação social e do emprego na Europa e destacou os domínios em que se registaram progressos e aqueles que requerem maiores esforços;
- A Recomendação de Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro (recomendação para a área do euro)⁴, que recomendava que, durante o período 2022-2023, os Estados-Membros da área do euro adotassem medidas, a nível individual através da implementação dos seus planos de recuperação e resiliência, e coletivamente no âmbito do Eurogrupo.

A perspetiva económica apresentada na Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2022 (AACS) baseia-se nas previsões económicas do outono, que a Comissão apresentou em novembro de 2021. A AACS aduziu elementos de que os esforços para fazer face aos efeitos imediatos do choque da COVID-19 estavam a dar frutos. Em 2021, previa-se que o PIB da área do euro e da UE registasse um aumento de 5 %. À medida que a economia da UE passou de uma fase de recuperação para um ciclo de expansão, apoiada por uma melhoria do mercado de trabalho, condições de financiamento favoráveis e uma rápida mobilização do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o crescimento do PIB real na UE deveria situar-se em 4,3 % em 2022 e 2,5 % em 2023. A taxa de desemprego continuou a diminuir, embora tenha permanecido ligeiramente acima do nível registado antes da crise. As pressões inflacionistas aumentaram devido ao aumento dos preços da energia e a perturbações na cadeia de abastecimento. A incerteza e os riscos continuavam a ser elevados, incluindo no que dizia respeito à evolução da pandemia, tanto dentro como fora da UE.

¹ Doc. 14145/21

² Doc. 14143/21

³ Doc. 14267/21

⁴ Doc. 14146/21

A AACCS recomendou que a atividade económica se alinhasse cada vez mais com as quatro dimensões da sustentabilidade competitiva: a sustentabilidade ambiental, a produtividade, a equidade e a estabilidade macroeconómica, e que estas quatro dimensões não fossem consideradas isoladamente, uma vez que se reforçam mutuamente.

A agenda de política económica, social e ambiental da Europa devia, por conseguinte, garantir que todos os níveis de poderes públicos, as empresas, os parceiros sociais e os agregados familiares contribuem de forma coerente para a consecução das nossas metas em matéria de transição ecológica e digital, bem como das metas em matéria de emprego, de competências e de redução da pobreza estabelecidas no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assegurando simultaneamente a estabilidade da nossa economia e o bom funcionamento do mercado único, sem deixar ninguém para trás.

A Análise Anual do Crescimento Sustentável recordou que o Semestre Europeu proporciona um quadro bem definido para a coordenação das políticas económicas e de emprego dos Estados-Membros e continuará a desempenhar este papel no âmbito da fase de recuperação e dos progressos na via da dupla transição. A Comunicação apresentou igualmente as principais características do ciclo do Semestre Europeu de 2022 e explicou as principais alterações introduzidas em relação aos ciclos anteriores, tendo em conta a necessidade de o adaptar aos processos previstos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Devido à data de publicação do pacote de outono, o Conselho (Emprego e Assuntos Sociais) de dezembro não realizou a habitual troca de pontos de vista sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável.

À semelhança do que sucedeu em anos anteriores, o Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) adotou, em 18 de janeiro de 2022, Conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável⁵. Nessas conclusões, o Conselho congratulou-se com as prioridades económicas apresentadas na Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2022 e com a tónica constante na sustentabilidade competitiva, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu. Além disso, concordou que as quatro dimensões que se reforçam mutuamente – sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica – permanecem válidas para alcançar o objetivo da UE de transição para um modelo económico sustentável, resiliente e inclusivo.

⁵ Doc. 5365/22

Tendo em conta o vigor da recuperação e o grau de incerteza, o Conselho considerou que os Estados-Membros se deveriam manter ágeis na sua resposta em termos de política orçamental, a fim de poderem reagir à evolução da pandemia. O Conselho convidou os Estados-Membros que estivessem a passar de um apoio orçamental abrangente para medidas políticas mais específicas a analisarem regularmente a utilização, eficácia e adequação das medidas de apoio e a estarem preparados para as adaptar, na medida do necessário, à evolução das circunstâncias, salvaguardando ao mesmo tempo a sustentabilidade orçamental a médio prazo.

O Conselho reconheceu o potencial do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para contribuir para a recuperação económica e reforçar o crescimento forte e sustentável da UE, bem como o seu papel na criação de uma economia resiliente, ecológica e digital na UE. Por conseguinte, apelou à execução atempada, plena e eficaz dos planos de recuperação e resiliência, que abordam uma vasta gama de desafios económicos identificados nos últimos anos, e sublinhou a necessidade de uma supervisão contínua das políticas económicas da UE, incluindo um acompanhamento atento dos riscos emergentes.

O Conselho reconheceu ainda a grande relevância da supervisão multilateral e da estreita coordenação das políticas, bem como de um diálogo transparente entre a Comissão e os Estados-Membros em todas as fases do Semestre Europeu e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Nas suas Conclusões relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta⁶, de 18 de janeiro de 2022, o Conselho congratulou-se com o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (2022), que iniciava a sua décima primeira ronda anual, e concordou em geral com a análise horizontal da Comissão no que se referia à evolução dos desequilíbrios macroeconómicos na UE e na área do euro, bem como aos riscos emergentes. O Conselho reconheceu que a pandemia afetou temporariamente as contas externas, mas não alterou substancialmente os padrões de longa data anteriores à pandemia referentes à balança corrente.

⁶ Doc. 5339/22

O relatório continuou a incluir uma avaliação prospetiva das potenciais implicações da crise para a estabilidade macroeconómica e a evolução dos desequilíbrios macroeconómicos existentes. O Conselho congratulou-se com este aspeto, que considerou particularmente relevante tendo em conta a grande incerteza quanto ao impacto global da crise da COVID-19, e sublinhou a consequente necessidade de prudência na elaboração de conclusões sobre os desequilíbrios com base em previsões.

Tendo em conta que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência constitui uma oportunidade para a UE apoiar a recuperação e sair forte e resiliente da crise, o Conselho apelou a que sejam asseguradas respostas políticas adequadas para corrigir os desequilíbrios e aumentar a produtividade e o potencial de crescimento, bem como a competitividade da economia da UE.

Em 21 de fevereiro de 2022, o Conselho aprovou conclusões sobre os aspetos de emprego da Recomendação sobre a política económica da área do euro⁷. Na referida Recomendação, o Conselho recomendava que os Estados-Membros da área do euro adotassem medidas a nível individual, através nomeadamente da implementação dos seus planos de recuperação e resiliência, e coletivamente no âmbito do Eurogrupo, para se continuar a utilizar e a coordenar as políticas orçamentais nacionais entre Estados-Membros, a fim de promover eficazmente uma recuperação sustentável e inclusiva. Os Estados-Membros da área do euro deverão preservar a agilidade da política orçamental para poderem reagir em caso de ressurgimento dos riscos de pandemia. Recomendava-se ainda que os Estados-Membros prosseguissem, assim que as condições económicas o permitirem, políticas orçamentais destinadas a alcançar situações orçamentais prudentes no médio prazo e a garantir a sustentabilidade da dívida pública, reforçando simultaneamente o investimento.

Em 14 de março de 2022, o Conselho aprovou as Conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2022 e o Relatório Conjunto sobre o Emprego⁸. Os ministros congratularam-se com a resposta económica da União, nomeadamente através de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) e do instrumento de recuperação *Next Generation EU*, e com o facto de os planos de recuperação e resiliência adotados até então terem incluído reformas e investimentos substanciais nos domínios do emprego, das competências e das políticas sociais.

⁷ Doc. 5461/22

⁸ 6473/22

O Conselho congratulou-se com a proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego 2022, apresentada pela Comissão, e a maior ênfase que nele é dada aos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como com a integração na proposta das grandes metas e dos indicadores principais revistos do painel de indicadores sociais, no quadro do Semestre Europeu e em consonância com a Declaração do Porto⁹.

Os ministros exortaram os Estados-Membros a refletirem as prioridades da Análise Anual do Crescimento Sustentável e as conclusões do Relatório Conjunto sobre o Emprego nos seus Programas Nacionais de Reformas e a intensificarem os seus esforços para aplicar os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Por último, o Conselho incentivou a Comissão a acompanhar o impacto em termos sociais e de emprego das transições ecológica e digital no âmbito do Semestre Europeu.

Por iniciativa da Presidência, os ministros responsáveis pelo Emprego e Assuntos Sociais, pelo Ambiente e pela Investigação realizaram debates temáticos sobre temas relacionados com o Semestre Europeu.

Em 14 de março de 2022, durante o Conselho (Emprego e Assuntos Sociais), os ministros realizaram um debate.

Em 17 de março de 2022, o Conselho (Ambiente) realizou um debate temático sobre o Semestre Europeu.

Tendo em conta a dimensão parlamentar do Semestre Europeu, a Presidência e o Parlamento Europeu coorganizaram a semana parlamentar do Semestre Europeu de 2022 (em 15 e 16 de março de 2022), no contexto da governação económica da UE numa perspetiva parlamentar.

⁹ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/05/08/the-porto-declaration/>